COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 573, DE 2012

(MENSAGEM N° 260, DE 2006)

Rejeita o ato que renova a permissão outorgada à Radiodifusão Mogiana Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

AUTORA: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS MOTTA

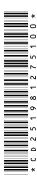
I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de decreto legislativo de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que rejeita o ato constante da Portaria n° 2.560, de 22 de novembro de 2002, do então Ministro das Comunicações, que renovava, a partir de 14 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Radiodifusão Mogiana Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

O projeto originou-se da apreciação, pela referida Comissão, da TVR nº 925, de 2006, resultante da Mensagem nº 260, de 2006, encaminhada a esta Casa pelo Presidente da República em cumprimento ao previsto no art.49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Durante o exame da matéria na Comissão, constatou-se que o processo em questão não continha toda a documentação exigida pelo Ato Normativo nº 1, de 2007, da mesma Comissão, que estabelecia as normas para apreciação dos atos de outorga e de renovação de outorga de concessão,





permissão e autorização dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Em razão disso, a respectiva presidência providenciou a publicação de aviso no Diário Oficial sobre a concessão do prazo de até noventa dias para que a empresa permissionária encaminhasse a documentação faltante no processo; enviou, ainda, correspondência à mesma entidade para notificá-la do aviso publicado.

Considerando que a documentação não foi complementada, a Comissão decidiu, então, que não caberia outra providência senão desaprovar o ato de renovação da permissão, nos termos do projeto de decreto legislativo sob exame.

A proposição tramita na forma do artigo 223, da Constituição Federal, e está sujeita à apreciação do plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2012.

A proposição em foco, elaborada pela então Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática propõe a rejeição do ato constante da Portaria n° 2.560, de 22 de novembro de 2002, do então Ministro das Comunicações, que renovava, a partir de 14 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Radiodifusão Mogiana Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.





Apresentação: 23/09/2025 12:42:09.617 -PRL 1 CCJC => PDC 573/2012

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, a proposição foi veiculada em instrumento normativo adequado, o projeto de decreto legislativo, conforme previsto no art. 109, II, do Regimento Interno.

No que diz respeito à constitucionalidade material e à juridicidade da proposição, algumas ressalvas merecem ser feitas.

A proposição original (TVR 925/2006) foi encaminhada para a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática em 26 de abril de 2006, data anterior ao ato normativo (editado em 2007) que lastreou a decisão da referida Comissão e a apresentação do projeto de decreto legislativo sob análise.

A submissão da proposição ao Ato Normativo nº 1, de 2007, portanto, contraria o princípio da segurança jurídica, uma vez que a Comissão deveria ter deliberado a matéria à luz das normas vigentes à época em que o TVR 925/2006 foi recebido.

A norma da então Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática vigente quando o TVR 925/2006 chegou à Câmara dos Deputados era o Ato Normativo nº 1, de 19991, o qual estabelecia, em seu art. 2-A:

> "Art. 2°-A. Constatada a falta de qualquer dos documentos previstos neste Ato Normativo, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática fará publicar Aviso no Diário Oficial da União, concedendo um prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para que a entidade encaminhe a documentação necessária à apreciação da Câmara dos Deputados, e encaminhará carta com aviso de recebimento com cópia do Aviso à entidade.

> Parágrafo único. Findo o prazo previsto no caput, e estando ainda incompleta a documentação necessária à apreciação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da Comissão de

¹ Brasil. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Ato Normativo nº 1, de 1999 (da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática). In: Relatório parcial da Subcomissão Especial destinada a analisar mudanças nas normas de apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão de sons e imagens, Anexo Brasília: Câmara dos Deputados (maio de 2007), https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop mostrarintegra?codteor=531069, acesso: 12 de agosto de 2025.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática oficiará ao Ministério das Comunicações, devolvendo o processo por falta de documentação, para as providências cabíveis". (grifou-se)

Nesse contexto, a medida recomendada pelo Ato Normativo nº 1, de 1999, seria o ofício ao Ministério das Comunicações sobre a insuficiência da instrução processual e a devolução do processo àquele Ministério.

As circunstâncias específicas demonstram, também, que a tramitação do TVR 925/2006 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2012, se alongou em demasia e as potenciais consequências fáticas e jurídicas que se sucederiam à eventual aprovação desta proposição seriam desarrazoadas e desproporcionais.

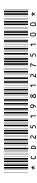
Isso porque o objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2012, se refere à renovação, por dez anos, de outorga a partir de 14 de setembro de 1998. Ao propor a rejeição da Portaria nº 2.560, de 22 de novembro de 2002, estar-se-ia declarando a irregularidade da exploração do serviço de radiodifusão sonora que, desde 14 de setembro de 1998, funciona em situação precária em razão de não ter sido ainda concluído o procedimento previsto no artigo 223, da Constituição Federal.

Reitere-se que a análise aqui desenvolvida diz respeito unicamente a este caso concreto, dadas as suas especificidades fáticas e jurídicas.

Em razão da injuridicidade e inconstitucionalidade apontadas, resta prejudicada a análise referente à técnica legislativa e à redação empregadas.

Em síntese, entendemos ser inconstitucional e injurídico o Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2012, e recomendamos que a Comissão de Comunicação oficie o Poder Executivo para a adoção das medidas administrativas cabíveis, ressalvando a necessidade de se encaminhar posteriormente a matéria ao Congresso Nacional, na forma do artigo 223, da Constituição Federal.





Por todo exposto, nosso voto é no sentido da inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2012, prejudicada a análise da técnica legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUIZ CARLOS MOTTA RELATOR



